

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG

Termo de Referência 79/2026

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|--|---|---------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 79/2026 | 158123-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG | JACQUELINE RODRIGUES GONCALVES DA COSTA | 07/05/2026 14:36 (v 0.10) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| | | |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado | 227/2026 | 23223003120/2025- 14 |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23223003120/2025-14)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de promoção de eventos esportivos, a serem executados nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS PRATICADOS | | | | | | | |
|--|--------|-----------------|--|--------------------------------|------------|----------------|-------------|
| PESQUISA DE PREÇOS CONSOLIDADA | | | | | | | |
| Pesquisa fundamentada no artigo 5º, incisos I e, II, da IN 35 SEGES/ME, 07 de julho de 2021 | | | | | | | |
| Nota: Os valores unitários apresentados nesta pesquisa de preços consolidada servirão como preços máximos aceitáveis para cada item do objeto, em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, e art. 23, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como o art. 5º, inciso I, da IN SEGES/ME nº 65 /2021. | | | | | | | |
| Lote I - Serviço de Arbitragem | | | | | | | |
| ITEM | CATSER | TIPO DE SERVIÇO | ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | 18449 | Arbitragem | Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado de Minas Gerais para a modalidade de ATLETISMO - Para atuar em competição interna, conforme provas a seguir: CATEGORIAS A, B, C e D. PROVAS – 100m (masc. E fem.); 200m (masc. E fem.); 400m (masc e fem); 800m (masc e fem); 1500 m (masc e fem); 3000m (masc e fem); 4 x 100 m (masc e fem); 4 x 400 m (masc e fem);salto em altura (masc e fem); salto em distância (masc e fem); arremesso de peso (masc. E fem.), lançamento de disco (masc. E fem.), lançamento de dardo (masc. /fem). Para atuar em competição interna nos naipes masculino e feminino. Equipe completa de arbitragem, composição mínima para as provas de corrida: 1 árbitro de | Unidade = diária de 8hs de uma | 02 | R\$ 278,00 | R\$ 556,00 |

| | | | | | | | |
|---|-------|------------|---|--|----|------------|--------------|
| | | | oartida, 3 árbitros de chegada e 2 árbitros auxiliares. Para as provas de salto: 1 árbitro principal e 2 auxiliares. Para as provas de lançamento e arremesso: 1 árbitro principal e 2 auxiliares. A equipe de arbitragem deve disponibilizar toda a estrutura para a realização das provas, incluindo 2 apitos ou pistola de partida, 4 pranchetas, 10 canetas, súmulas impressas, 2 conjuntos de cartão, 6 cronômetros, 3 trenas, 2 sarrafos, 2 fitas métricas longas, 6 bandeirinhas, 30 fichas de balizamento impressas, 20 planilhas de escalonamento de pista, 160 números de peito e respectivos alfinetes. Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas. | equipe de arbitragem + equipamentos | | | |
| 2 | 18449 | Arbitragem | Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado de Minas Gerais para a modalidade de FUTSAL - Evento Interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa de Arbitragem, composta por: 2 árbitros; 1 secretário; 01 cronometrista/mesário. A equipe também atuará na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (súmulas impressas, 3 apitos, 2 cronômetros, 1 conjunto de cartões, 1 placar, 1 prancheta, 3 canetas). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas. | Unidade = equipe de arbitragem para uma partida + equipamentos | 16 | R\$ 214,73 | R\$ 3.435,68 |
| 3 | 18449 | Arbitragem | Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado de Minas Gerais para a modalidade de FUTEBOL DE CAMPO - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa de arbitragem, composta por: 1 árbitro; 2 assistentes (bandeirinhas); 1 árbitro reserva (secretário)/mesário. A equipe também atuará na organização da competição no naipe masculino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (súmulas impressas, 2 apitos, 1 cronômetro, 1 conjunto de cartões, 1 placar manual, 2 bandeirinhas, 1 prancheta, 2 canetas). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas. | Unidade = equipe de arbitragem para uma partida + equipamentos | 8 | R\$ 294,74 | R\$ 2.357,92 |
| 4 | 18449 | Arbitragem | Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado de Minas Gerais para a modalidade de BASQUETEBOL (5 x 5) - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa composta por: 2 árbitros; 2 oficiais de mesa. A equipe também atuará na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (súmulas impressas, 4 apitos, 2 cronômetros, 1 conjunto de cartões, 1 placar manual, 1 prancheta, 3 canetas, 1 relógio de 24 segundos). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas. | Unidade = equipe de arbitragem para uma partida + equipamentos | 16 | R\$ 246,45 | R\$ 3.943,20 |
| 5 | 18449 | Arbitragem | Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado de Minas Gerais para a modalidade de HANDEBOL - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa de arbitragem, composta por: 2 árbitros; 1 secretário; 1 cronometrista/mesário. A equipe também atuará na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (súmulas impressas, 2 | Unidade = equipe de arbitragem para uma partida + equipamentos | 15 | R\$ 246,45 | R\$ 3.696,75 |

| | | | | | | | |
|---------------------|-------|------------|---|--|----|------------|---------------|
| | | | pranchetas, 5 canetas, 5 apitos, 3 cronômetros, 2 conjuntos de cartões, 2 placares manuais). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas. | | | | |
| 6 | 18449 | Arbitragem | Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado de Minas Gerais para a modalidade de VÔLEI - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa de arbitragem, composta por: 2 árbitros; 1 secretário/mesário; 2 fiscais de linha. A equipe também atuará na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (súmulas impressas, 4 apitos, 2 cronômetros, 2 conjuntos de cartões, 2 placares manuais, 2 pranchetas e 2 canetas). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas. | Unidade = equipe de arbitragem para uma partida + equipamentos | 16 | R\$ 214,73 | R\$ 3.435,68 |
| 7 | 18449 | Arbitragem | Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado de Minas Gerais para a modalidade de VÔLEI DE AREIA - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa de arbitragem, composta por: 2 árbitros; 1 secretário/mesário; 2 fiscais de linha. A equipe também atuará na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (súmulas impressas, 5 apitos, 3 cronômetros, 2 conjuntos de cartões, 2 placares, 2 pranchetas e 4 canetas). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas. | Unidade = equipe de arbitragem para uma partida + equipamentos | 16 | R\$ 212,36 | R\$ 3.397,76 |
| 8 | 18449 | Arbitragem | Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado de Minas Gerais para a modalidade de TÊNIS DE MESA - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. A equipe de arbitragem será composta por: 1 árbitro geral (coordenador); 1 árbitro por mesa e apoio de 1 mesário para controle administrativo da competição. A equipe também atuará na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento (súmulas impressas, 2 pranchetas, 4 canetas, 2 placares manuais, 2 apitos, 2 conjuntos de cartões de advertência, 3 relógios ou cronômetros). Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas - Diária de 8 horas. | Unidade = diária de 8hs de uma equipe de arbitragem + equipamentos | 1 | R\$ 278,00 | R\$ 278,00 |
| 9 | 18449 | Arbitragem | Serviço de arbitragem para evento esportivo a ser realizado em município do estado de Minas Gerais para a MODALIDADE DE XADREZ - evento interno - com árbitros com curso oficializado pela federação ou confederação brasileira da modalidade, federados de categoria nacional ou internacional, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Equipe completa de arbitragem, composta por: 1 Árbitro Principal; 1 árbitro auxiliar, 1 mesário. A equipe também atuará na organização da competição nos naipes masculino e feminino. Deverão estar presentes ao local de competição 1 (uma) hora antes do início da rodada possuindo todo equipamento: súmulas impressas, 4 canetas, 2 pranchetas, 20 (vinte) Relógios de mesa, dois (02) cronômetros, 20 (vinte) tabuleiros com peças padronizadas, uma (01) planilha ou software de emparceiramento. Todas despesas como transporte, estadia, alimentação deverão estar inclusas – Diária de 8 horas. | Unidade = diária de 8hs de uma equipe de arbitragem + equipamentos | 1 | R\$ 278,00 | R\$ 278,00 |
| Valor total do lote | | | | | | | R\$ 21.378,99 |

Lote II - Serviços e infraestrutura para eventos

| ITEM | CATSER | TIPO DE SERVIÇO | ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---------------------|--------|------------------------|--|---|------------|----------------|---------------|
| 10 | 14591 | Socorrista | O profissional designado para atuar como Socorrista deverá ser devidamente treinado e habilitado em primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar, mediante certificado expedido por empresa especializada e ministrado por instrutor qualificado, em conformidade com as normas técnicas nacionais e regulamentações vigentes neste Estado. Será exigida a apresentação de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), com validade máxima de noventa dias, comprovando aptidão física e mental para o exercício da função, bem como comprovação de idade mínima de dezoito anos completos. O Socorrista deverá estar trajado com vestimenta compatível com a função desempenhada, que permita sua imediata identificação em meio ao público, e apresentar declaração formal contendo nome completo, número de RG, endereço e confirmação de que possui domínio das técnicas de primeiros socorros e demais atividades correlatas, sendo tal declaração assinada pelo próprio profissional. O profissional deverá comparecer ao local da competição com antecedência mínima de uma hora antes do início do evento, portando obrigatoriamente um (01) kit de primeiros socorros, um (01) colar cervical e uma (01) prancha de resgate, permanecendo em atividade durante jornada de oito horas diárias, conforme a necessidade do evento. | Unidade = diária de 8h de um profissional + equipamentos | 10 | R\$ 288,00 | R\$ 2.880,00 |
| 11 | 12955 | Mestre de Cerimônias | Serviço de mestre de cerimônias: executado por profissional capacitado e com prática comprovada, boa postura, desenvoltura adequada, presença de palco, boa dicção, voz adequada à apresentação de cerimonial, articulação e interpretação de possíveis imprevistos no cerimonial. | Unidade = diária de 8h de um profissional | 1 | R\$ 670,00 | R\$ 670,00 |
| 12 | 13757 | Sistema de sonorização | Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COMPLETO - Tipo I; Sistema de Sonorização de médio porte, para atender até 400 pessoas, com potência/volume adequados ao espaço, seja ele aberto ou fechado, contendo: 02 caixas de Subwoofer, 02 caixas de médio, 02 monitores de voz, 02 microfones sem fio, 01 mix console, rack de amplificadores, 02 pedestais, microfonação para voz e instrumentos; com todo o cabeamento necessário ao sistema e cabeamento para ligação de energia de 50 metros; Notebook, acompanhado de técnico(s) especializado(s) Operador de Áudio, bem como montagem e desmontagem dos equipamentos e operacionalização durante a realização da solenidade – Diária de 08 horas. | Unidade = diária de 8h de um profissional + equipamentos | 1 | R\$ 800,00 | R\$ 800,00 |
| 13 | 3697 | Lanche | Fornecimento de kit lanche contendo: Pão com queijo e presunto ou bolo; 1(um) suco ou achocolatado de caixinha e 1 (uma) fruta da estação ou biscoito ou barra de cereal, embalados individualmente, com guardanapos. | Unidade = um kit | 3500 | R\$ 24,00 | R\$ 84.000,00 |
| 14 | 21164 | Tenda | Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de TENDA - Tenda branca tipo piramidal, medindo 4 m x 4 m, com altura mínima de 2,5 m, com estrutura em tubo galvanizado sem fechamento lateral, afixada com cabo de aço - Diária de 24 horas. | Unidade = diária de 24h de uma tenda | 2 | R\$ 205,00 | R\$ 410,00 |
| 15 | 20460 | Box truss | Prestação de serviços em locação com montagem e desmontagem de estrutura BOX TRUSS, Tipo Q15 ou Q30, treliça em alumínio; Prever estruturas de suporte (parafusos, cubos) e bases de sustentação da estrutura - ‘sapatas’, cabos de aço - Metro Quadrado. | Unidade = metro quadrado de uma estrutura box truss | 6 | R\$ 300,00 | R\$ 1800,00 |
| Valor total do lote | | | | | | | R\$ 90.560,00 |

Lote III - Premiação

| ITEM | CATMAT | TIPO DE MATERIAL | ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--------|------------------|---------------------------|---------|------------|----------------|-------------|
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|--|-------|----------|--|---------|-----|----------|----------------|
| 16 | 17760 | Medalhas | Medalhas de premiação personalizadas para os Jogos das Instituições Federais (JIF), nas categorias de 1º, 2º e 3º lugar. Especificações Técnicas: Modelo: Medalha exclusiva, modelo “ramo”. Material: Liga metálica de alta resistência (zinco ou similar), com acabamento polido. Dimensões: Diâmetro: 6 cm ± 0,5 cm. Espessura: 3 mm ± 0,5 mm. Frente: Aplicação de adesivo resinado com arte personalizada dos JIF. Resina epóxi transparente, com proteção UV e acabamento brilhante. Verso: Superfície lisa, sem gravação. Banhos metálicos: Dourado para medalhas de 1º lugar. Niquelado para medalhas de 2º lugar. Bronzeado para medalhas de 3º lugar. Fita de pescoço: Tecido poliéster acetinado. Largura: 2,5 cm. Comprimento: 80 cm (fechada). Impressão sublimada com identidade visual dos JIF. Fixação por argola metálica ou mosquetão. Acabamento: Bordas arredondadas. Alta durabilidade e resistência ao manuseio. Embalagem: Cada medalha deve ser acondicionada individualmente em embalagem plástica transparente. Observações: A arte do adesivo será fornecida pela organização dos JIF. As medalhas devem apresentar excelente qualidade visual e resistência para uso em eventos oficiais. | Unidade | 670 | R\$ 8,84 | 5.992,80 |
| Valor total do lote | | | | | | | R\$ 5.992,80 |
| | | | | | | | |
| VALOR TOTAL | | | | | | | R\$ 117.931,79 |
| Nota sobre as unidades de medidas: As unidades de medida adotadas nesta planilha (partida ou diária de 8 horas) correspondem à composição mínima de profissionais e equipamentos especificados em cada item. Cada unidade reflete o quantitativo de mão de obra e insumos necessários para a execução adequada do serviço, não sendo admitida interpretação extensiva ou genérica. | | | | | | | |

1.1.1. *Cumpra-se destacar que tais estimativas atendem ao disposto no art. 18, §1º, incisos IV e VI da Lei nº 14.133/2021, garantindo a definição clara do objeto e a previsão de quantidades necessárias para a contratação. A adoção desses parâmetros assegura a observância dos princípios da legalidade, competitividade e isonomia, afastando riscos de sobrepreço e de favorecimento indevido de licitantes, em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 2229/2019-Plenário e nº 2459/2021-Plenário).*

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. *O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. *O serviço é enquadrado como não contínuo.*

Prazo de vigência

1.4. *O prazo de vigência da contratação é de **um ano** contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O contrato extinguir-se-á automaticamente com a conclusão e recebimento definitivo dos serviços.*

1.5. *O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.*

1.5.1. Será formalizado Termo de Contrato para as parcelas cujos valores ultrapassem o limite previsto no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

1.5.2. Para os itens com valores inferiores ao artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, o contrato será substituído pelo Anexo I deste Termo de Referência e pela Nota de Empenho.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: **10723648000140-0-000001/2026**;
- II. Data de publicação no PNCP: **29/04/2025**;
- III. Id do item no PCA: **794**;
- IV. Classe/Grupo: **969**;
- V. Identificador da Futura Contratação: **158123-227/2026**;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A empresa deverá realizar a gestão de resíduos, incluindo a redução, reutilização e reciclagem de materiais utilizados durante os eventos esportivos;

4.1.2. A empresa deve adotar práticas de consumo consciente, evitando o desperdício de recursos naturais e materiais durante a realização dos eventos.

Subcontratação

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

- prévia autorização da Administração;
- manutenção da responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto;
- comprovação da capacidade técnica da empresa subcontratada.

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação em cada lote, conforme abaixo discriminada:

4.4.1. Lote 2 – Serviços e infraestrutura para eventos: vedada a subcontratação da produção e fornecimento direto dos lanches destinados aos atletas.

4.5. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto, desde que não comprometam a execução principal de cada lote:

4.5.1. Lote 2 – Serviços e infraestrutura para eventos: subcontratação do serviço de socorrista, desde que atendidas as exigências técnicas e certificações necessárias.

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois, o objeto contratual possui natureza pontual, com prazo determinado e baixa complexidade técnica relativa, não envolvendo riscos significativos de prejuízos continuados à Administração. Além disso, o pagamento está vinculado à efetiva execução das etapas previstas ou à conclusão satisfatória do objeto, reduzindo o risco de inadimplemento sem a correspondente contraprestação financeira.

4.11. Aos interessados é assegurado o direito de realizar vistoria prévia no local de execução dos serviços, com o objetivo de conhecer plenamente as condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. A vistoria deverá ser acompanhada por servidor designado para esse fim e poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 10h às 19h.

4.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.13.1. **O agendamento da vistoria deve ser formalizado por meio do endereço eletrônico esporte.cultura@ifsudestemg.edu.br;**

4.14. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Catálogo Eletrônico de Padronização

4.16. A presente contratação não utilizou o Catálogo Eletrônico de Padronização em razão da limitação atual dos itens nele contemplados. Até o momento, o catálogo disponibiliza apenas objetos relacionados à aquisição de café, água mineral sem gás e açúcar, não abrangendo os serviços e materiais necessários para a realização do evento em questão.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 01/06/2026, a partir da assinatura do contrato da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, conforme tabela abaixo:

| Etapa | Período / Data prevista | Frequência / Periodicidade | Observações / Dependências |
|--|--|----------------------------|--|
| Planejamento inicial | Antes do evento / Entre 01 a 19 de junho de 2026 | Reuniões semanais | Definição de cronograma e logística da prestação de serviços |
| Montagem da estrutura | Antes do evento / Entre 19 e 21/06/2026 | Diária | Inclui montagem de tendas, som, sinalização, etc |
| Serviço de Mestre de Cerimônias, Operador de som | Cerimônia de abertura / 22 /06/2026 | Única vez | Execução conforme cronograma do evento |
| Fornecimento dos materiais | Antes do evento / até 15/06 /2026 | Única vez | Medalhas |
| Fornecimento dos lanches | Durante o evento / 22 a 26 de junho de 2026 | Diária | |
| Realização dos jogos (arbitragem, socorrista, etc) | Durante o evento / 22 a 26 de junho de 2026 | Diária | Execução conforme cronograma do evento |

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: A princípio, os serviços serão prestados em São João del Rei – MG, sede dos Jogos dos Institutos Federais (JIF) em 2026. No entanto, caso seja necessário, os jogos poderão ser sediados em outras unidades do IF Sudeste MG, conforme relacionadas abaixo.

5.2.1. Os serviços também poderão ser realizados em locais distintos dos listados, de acordo com a necessidade da instituição, podendo ocorrer tanto nos campi do IF Sudeste MG quanto em espaços de parceiros.

5.2.2. Os materiais (medalhas) deverão ser entregues na Reitoria do IF Sudeste MG localizada em Juiz de Fora-MG.

| |
|--|
| Reitoria do IF Sudeste MG Endereço: Av. Luz Interior, no 360, Bairro Estrela Sul - Juiz de Fora - MG - CEP 36030-713 |
| Campus Barbacena Endereço: Rua Monsenhor José Augusto, no 203 e 204 - Bairro São José - Barbacena - MG - CEP: 36205-018 |
| Campus Juiz de Fora Endereço: Rua Bernardo Mascarenhas, 1283 - Bairro Fábrica - Juiz de Fora - MG - CEP: 36080-001 |
| Campus Muriaé Endereço: Avenida Coronel Monteiro de Castro, 550 - Bairro Barra - Muriaé - MG - CEP: 36880-000 |
| Campus Rio Pomba Endereço: Av. Dr. José Sebastião da Paixão s/no - Bairro Lindo Vale - Rio Pomba - MG - CEP: 36180-000 |
| Campus Santos Dumont Endereço: Rua Técnico Panamá, no 45 - Bairro Quarto Depósito - Santos Dumont - MG - CEP: 36240-000 |
| Campus São João del-Rei Endereço: Rua Américo Davim Filho, s/ no – Bairro: Vila São Paulo - São João Del Rei – MG – CEP: 36.301-358 |

5.3. Os serviços poderão ser prestados no horário compreendido entre 07h00 e 22h00, conforme a programação definida pela Administração e de acordo com as necessidades específicas do evento, podendo haver variações em função da dinâmica das atividades.

Rotinas a serem cumpridas

5.4 A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

5.4.1. O CONTRATANTE designará servidor responsável pela emissão e monitoramento da execução dos serviços, que ficará encarregado de transmitir orientações específicas ao preposto do CONTRATADO sobre as datas, horários e outros detalhes locais da prestação dos serviços.

5.4.2. Aspectos a serem observados pelos colaboradores da CONTRATADA:

- I. Proceder com cortesia e respeito no trato com os servidores, discentes e demais funcionários e com o público em geral;
- II. Observar as orientações dadas pelo CONTRATANTE ou pelo Coordenador ou Comissão Organizadora do Evento;

III. Levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer anormalidade que observar na execução dos serviços sob sua responsabilidade;

IV. Permanecer atento em seu posto de serviço, durante o horário de expediente, dele só se afastando por ordem superior ou motivo justificado;

5.4.3. As seguintes vedações devem ser observadas em relação aos colaboradores da CONTRATADA:

I. Fazer uso de cigarros, cigarrilhas, charutos e cachimbos no interior das instalações prediais do CONTRATANTE;

II. Ausentar-se do serviço sem permissão, ressalvados os casos justificáveis;

III. Ingerir bebidas alcoólicas quando em serviço, bem como tê-las em depósito ou transportá-las ao longo da execução dos serviços.

IV. O CONTRATANTE poderá requisitar a substituição dos colaboradores que não observarem os pontos apresentados neste Termo de Referência.

5.4.4. A substituição requisitada na forma do item anterior deverá ser efetuada no prazo máximo de 1 (uma) hora, contadas a partir da comunicação formal expedida pelo CONTRATANTE.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. *Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas na tabela constante deste Termo de Referência, na seção "Condições Gerais da Contratação", promovendo sua substituição quando necessário:*

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.6.1. *Quantidade de participantes e modalidades esportivas*

- *Aproximadamente 600 atletas, 9 (nove) modalidades esportivas;*

5.6.2. *Duração e carga horária dos serviços*

- *Período total do evento: 05 (cinco) dias.*
- *Horários médios de início e término das atividades: 07:00 às 22:00 horas; e*

5.6.3. *Locais de execução*

- *Sede principal: São João del Rei – MG, campus do IF Sudeste MG.*
- *Possibilidade de realização em outros campi do IF Sudeste MG ou em espaços parceiros, conforme necessidade da instituição.*

Especificação da garantia do serviço

5.7. *O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido[A15] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

5.8. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *deverá* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período de realização dos eventos esportivos.*

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A execução será avaliada por meio de Indicadores de Medição de Resultados (IMR), que atribuirão percentuais de conformidade a cada critério:

7.1.1. Pontualidade: percentual de atividades iniciadas e concluídas dentro do horário previsto.

7.1.2. Conformidade técnica: número de ocorrências de serviços realizados em desacordo com métodos e rotinas estabelecidos.

7.1.3. Qualidade dos materiais/equipamentos: proporção de itens entregues em conformidade com especificações.

7.1.4. Eficiência operacional: índice de continuidade dos serviços sem interrupções indevidas.

7.1.5. Adequação ao cronograma: percentual de etapas concluídas dentro dos prazos.

7.1.6. Segurança e organização: número de ocorrências de descumprimento das normas de segurança.

7.1.7. Flexibilidade/adaptabilidade: tempo médio de resposta para ajustes solicitados pela instituição.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa proporcional ao resultado aferido pelos IMR, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o contratado:

7.2.1. Não produziu os resultados acordados ($IMR < 80\%$);

7.2.2. Executou atividades com qualidade inferior à mínima exigida ($IMR < 70\%$ em conformidade técnica ou qualidade dos materiais);

7.2.3. Deixou de utilizar recursos humanos ou materiais exigidos ($IMR < 75\%$ em eficiência operacional).

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes IMR:

7.3.1. Cumprimento do cronograma: percentual de atividades concluídas dentro dos prazos (meta $\geq 90\%$).

7.3.2. Conformidade técnica: percentual de serviços realizados conforme especificações (meta $\geq 95\%$).

7.3.3. Quantidade e qualidade: proporção de entregas em conformidade com padrão definido (meta $\geq 95\%$).

7.3.4. Avaliação da fiscalização: validação da execução pela equipe designada, com registro em relatório.

7.3.5. Pontualidade e assiduidade: percentual de cumprimento dos horários previstos (meta $\geq 90\%$).

7.3.6. Segurança e organização: ausência de ocorrências graves; tolerância máxima de 1 ocorrência leve por evento.

.Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de *10 (dez)* dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento *a conclusão de cada etapa prevista no cronograma dos Jogos, mediante comprovação pela fiscalização técnica e administrativa.*

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/03/2026.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (*IPCA* /*IBGE*) as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à

certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.45.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.*

8.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10%** (dez por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1%** (um por cento) a **5%** (cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5%** (meio por cento) a **3%** (três por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma DISPUTA POR LOTES, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.*

9.1.1. Para fins de aceitação da proposta de menor valor global por lote, os preços unitários de cada item deverão ser iguais ou inferiores aos preços unitários dispostos na tabela do item 1.1 deste termo de referência.

Regime de Execução

9.2. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.*

Crítérios de aceitabilidade de preços

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.21. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.21.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

Qualificação Técnico-Operacional

9.22. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.22.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.22.1.1. Para os lotes 1 e 2, será exigido no mínimo 1 (um) atestado ou certidão de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante já executou serviços compatíveis com o objeto da licitação em percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado do bem licitado pretendido ou similar, conforme art. 67, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.22.1.2. Para o lote 3, não será necessária a apresentação de atestados, em razão da natureza dos objetos, que não demandam comprovação técnica prévia para assegurar a adequada execução contratual.

9.23. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.23.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.23.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.23.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.24. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.25. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.26. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.27. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.31.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.31.6.1. ata de fundação;

9.31.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.31.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.31.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.31.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.31.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.31.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$117.931,79 (cento e dezessete mil, novecentos e trinta e um reais e setenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I. *Gestão/unidade: 26411/158123;*

II. *Fonte de recursos: 1000000000;*

III. *Programa de trabalho: 231482 - Funcionamento das Instituições;*

- IV. *Elemento de despesa: 339039-79 (Serv. de Apoio Admin., Técnico e Operacional); e*
V. *Plano interno: L20RLP9936N (Jogos dos Institutos Federais).*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Juiz de Fora, 06 de maio de 2026.

Jacqueline Rodrigues Gonçalves da Costa

Gilson Soares Toledo

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 3 dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de *30 dias* a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *30 dias*.

3.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. *Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.*

4.1.2. *A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.*

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A12]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A13]

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.1.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.1.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.1.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.1.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.1.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.1.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.1.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.1.37. *Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.*

4.1.38. *Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.*

4.1.39. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

5.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

5.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

6.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

6.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

6.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

6.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

6.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.4.3. Indenizações e multas.

6.5. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.6. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão

contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GILSON SOARES TOLEDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 14:36:57.

JACQUELINE RODRIGUES GONCALVES DA COSTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 14:36:28.